

Santa Luzia, vinte e oito de maio de dois mil e dezenove. Ata referente à reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada na sala dos conselhos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Estiveram presentes: Luciene Gonzaga Secretária executiva dos conselhos, Andréia Carvalho da APAE atualmente como Presidente do Conselho, Jéssica Paedae Pâmela Stefani Batista Lemos da Divina Providência São Cosme, Rosangela Maria Vitor Santos do CEMAS, José Carlos Neto da Divina Providência bairro Adeodato, Roberta Diniz Orzil e Isadora Lorrany Mendes Moraes do GADA, Aramis Silva da Associação Cultural Arte para a Vida, Katia Cilene Goulart dos Santos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Carlos Antônio Pereira, Adalberto Batista Neves e Carla Carvalho do Seara de Luz, Lucimar da Penha Quintela da Secretaria de Saúde, Maria Clara de Assis da Secretaria de Cultura e Turismo, Gleuber Antônio Ribeiro Rosa da Secretaria de Finanças, Tatiane Ribeiro Vila Nova e Rivane Pinheiro Araújo do CREAS, Mauro Adão da Fonseca da Creche Nossa Senhora da Paz, Nahjla Najjar Campos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Wander de Carvalho Junior Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania, os Conselheiros Tutelar da Sede e Distrito: Rosângela Magda de Oliveira, Simone Soares Maduro, Crislaine Aparecida Coelho marques, Shirley Pimentel Raimundo Silva, Vinicius Rodrigo do Couto. A reunião iniciou às nove horas e dez minutos com quórum. Toma a palavra a Presidente do conselho Andrea Carvalho solicitando aos conselheiros tutelares a apresentação dos relatórios de atendimento. Shirley do Conselho Sede e Simone do Conselho Distrito apresentaram os relatórios posicionando sobre os seguintes dados: Quantidade de atendidos, das regiões atendidas, do perfil dos usuários dos conselhos, quantidade de plantões e dificuldades dos conselheiros em atender algumas regiões devido à distância. Em seguida Andréia Carvalho solicita a presença de Rivane e Tatiane do CREAS para fazer a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo equipamento e informa a todos que na próxima reunião pretende convidar o CRAS para fazer o mesmo. Kátia Cilene sugere convidar também o serviço de acolhimento. Em seguida Rivane e Tatiane fala sobre o que é o CREAS, sobre os serviços prestados pelo mesmo, quem é a equipe atual, como funciona o processo de atendimento, apresenta os dados estatístico de atendimento e fala sobre a importância da participação das Instituições de Santa Luzia no acolhimento dos jovens em cumprimento de medidas. Luciene diz que assim que finalizar as inscrições do CMDCA e CMAS irá passar para o CREAS as Instituições cadastradas para que o equipamento possa fazer parceria com as mesmas. Dando sequência a pauta foi falado sobre a retificação da inscrição para conselheiro tutelar e a prorrogação das inscrições. Wander Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania elucida sobre a prorrogação e solicita a todos os conselheiros do CMDCA que ajudem na divulgação do edital, pois por falta de recursos não está sendo possível fazer uma divulgação diferenciada, sendo assim está sendo usado os canais que a prefeitura dispõe para divulgar. Esclarece também que para uma melhor transparência à população foi contratada uma empresa séria e que este processo está alinhado com o CMDCA e a justiça. Em seguida Gleuber toma a palavra e fala sobre a avaliação dos projetos do FIA pela comissão e que foram necessários alguns ajustes e que após avaliações dos ajustes estaremos dando sequência nos outros trâmites. Luciene diz que o prazo máximo para entrega após ajustes é dia três de junho visto que a comissão estará se reunindo no dia quatro de junho para verificação dos projetos ajustados. Dando sequência

Gleuber esclarece sobre o recurso encaminhado pelo Ministério Público, sendo sete Instituições escolhidas pelo mesmo para recebê-los, sendo elas: GADA, Arte para a Vida, Instituto Travessia, Creche Nossa Senhora da Paz, Instituto São Jerônimo, Creche Nosso Lar e Coral Regina Coelli. Ele também expõe que infelizmente o Coral Regina Coelli por não estar regular no conselho não poderá receber o valor destinado a eles. O valor destinado ao Coral e as demais Instituições foi cinco mil duzentos e setenta e seis Reais e pede ao conselho que vote em onde o recurso que iria para o Coral deve ir oferecendo duas opções: Ir para o fundo do recurso livre ou dividir para as seis Instituições que foram indicadas pelo Ministério Público. Após deliberação e votação fica definido que o valor vai para o recurso livre. Andréia Carvalho fala sobre a importância de agilizar o processo para liberação dos recursos e anuncia a próxima data de reunião da comissão sobre o plano de ação do CMDCA. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a reunião às dez horas e quarenta minutos onde eu Jéssica Faedda redigi e transcrevi a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e por todos os presentes. *(Assinaturas)*

(Assinatura), Andréia Mendes Carvalho,
Maria de Fátima Pereira da Rocha.
(Assinatura)